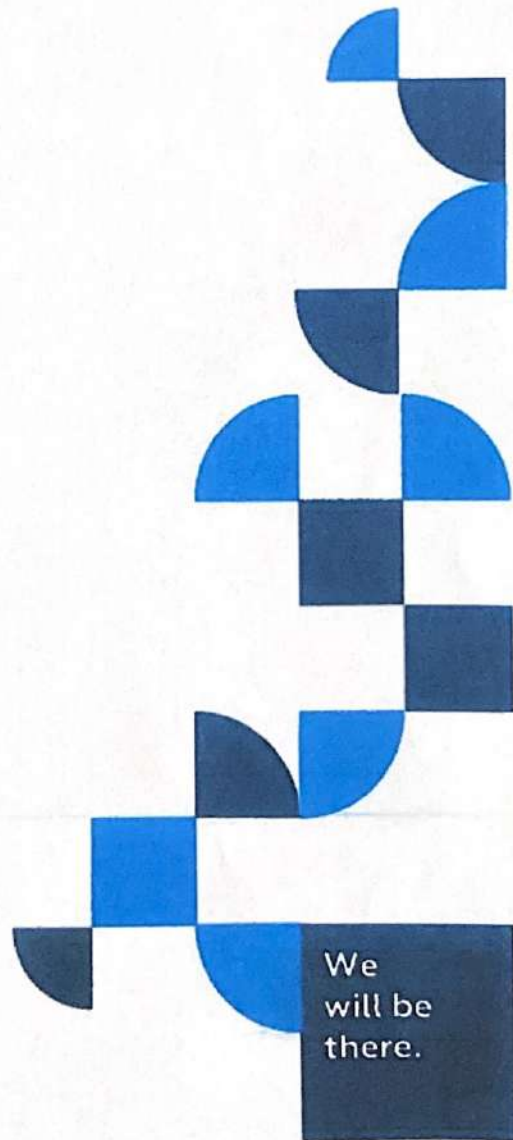
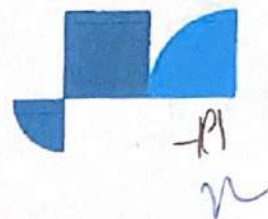




Relatório de Gestão 2019

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.





Exmos. Senhores Acionistas,

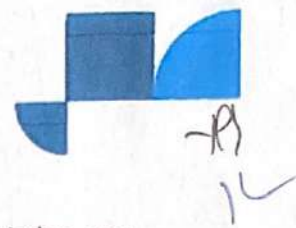
No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2019 da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("MDS RE").

1. Enquadramento Macroeconómico

MUNDO

O ano de 2019, em termo económicos, foi marcado por níveis de incerteza decorrentes de tensões geopolíticas. As tarifas comerciais permaneceram no topo da agenda mundial, com as negociações entre os EUA e a China a terem momentos de tensão acentuada, mas a fecharem o ano com progressos significativos que levaram à assinatura da primeira fase do acordo comercial já no início de 2020. As negociações entre o Reino Unido e a União Europeia também viram muitos avanços e retrocessos em 2019, mas a vitória dos Conservadores, sob a liderança de Boris Johnson, nas eleições nacionais do Reino Unido, abriu caminho para o fim do impasse no parlamento Britânico e permitiu a aprovação do Acordo de Saída no final de 2019, com efeitos práticos a 31 de janeiro de 2020. Desta forma, os desenvolvimentos no final de 2019 aliviaram a incerteza, permitindo que o ano encerrasse numa nota positiva, refletida na melhoria do sentimento dos mercados financeiros.

Em geral, a **Economia Mundial** prolongou a sua evolução positiva em 2019, ao registar uma taxa de crescimento de +2.9%, sendo, no entanto, a mais baixa observada desde a Crise Financeira Mundial de 2009. Este abrandamento foi registado tanto nos Mercados Avançados como nos Mercados Emergentes e em Desenvolvimento. A atividade no setor industrial foi particularmente afetada por um comércio internacional desencorajador relacionado com a elevada incerteza política, levando ao enfraquecimento da produção industrial ao longo do ano. Em

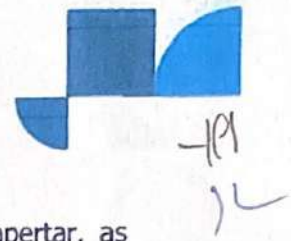


contraste, os serviços permaneceram amplamente resilientes, apoiados por condições de trabalho restritivas e por níveis de confiança dos consumidores relativamente elevados.

Na **Zona Euro**, o crescimento económico foi de +1.2% em 2019. As incertezas em torno do Brexit e da disputa EUA-China, tiveram como efeito um contexto externo mais incerto e penalizaram o comércio e o investimento. Isto foi particularmente negativo para o setor industrial Europeu, em especial para a indústria automóvel, que enfrenta também transformações estruturais tais como uma legislação mais restritiva e mudanças nas preferências dos consumidores. Em contraste, os mercados de trabalho permaneceram fortes em 2019, apoiando uma expansão sólida da procura interna. Como resultado, a taxa de desemprego caiu abaixo dos níveis pré-crise, fechando 2019 em 7.6%. O BCE continuou a sua política monetário expansionista, sendo que uma das últimas decisões do Presidente do BCE antes da sua saída, foi a introdução de um pacote de estímulos monetários adicional e o relançamento do Programa de Compra de Ativos, de forma a combater os níveis baixos de inflação, que fechou o ano de 2019 em +1.2% (vs. +1.8% em 2018).

PORTUGAL

Em Portugal, o crescimento económico, medido pelo aumento do PIB, continuou o seu sentido positivo em 2019 (+2.0%), apresentando, no entanto, um certo amadurecimento do ciclo económico e refletindo o maior grau de incerteza do contexto externo. O investimento, contudo, ganhou força em 2019, impulsionado pelo dinamismo no setor da Construção. As complicações internacionais afetaram o setor industrial e as exportações, no entanto, os serviços permaneceram resilientes. As condições do mercado de trabalho melhoraram ainda mais em 2019, apesar da criação de emprego ter abrandado, levando a taxa de desemprego para o nível mais baixo das últimas quase duas décadas (6.6%).



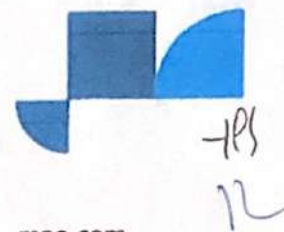
Apesar de as condições do mercado de trabalho continuarem a apertar, as reduções do preço da energia, juntamente com algumas medidas administrativas, fizeram com que a taxa de inflação descesse para +0.3% em 2019 (vs. +1.2% em 2018).

O consumo privado manteve um ritmo robusto ao longo de 2019, embora abaixo do crescimento registado em 2018 (+2.3% em 2019 vs. +3.1% em 2018). O dinamismo do consumo foi sustentado pelo aumento expressivo do rendimento disponível, impulsionado pelo aumento do salário mínimo e pela dinâmica positiva de criação de emprego, num contexto de elevada confiança dos consumidores. As condições financeiras favoráveis, com taxas de juros em níveis históricos muito reduzidos, também abriram caminho para a manutenção de condições de crédito ao consumo amplamente favoráveis e promoveram simultaneamente o aumento dos preços imobiliários, o que proporcionou um incentivo acrescido nas dinâmicas de consumo.

O abrandamento nas despesas das famílias foi muito mais pronunciado nos bens duradouros, visto que a maior parte da procura reprimida durante o auge da crise parece já ter sido libertada. Por exemplo, as vendas de automóveis de passageiros diminuíram -2.0% em 2019 (vs. +2.6% em 2018), contraindo-se pela primeira vez desde 2012. No retalho, o crescimento total das vendas abrandou, influenciado também por níveis de inflação mais baixos, tanto nos alimentos, bebidas e tabaco (+3.9% em 2019 vs. +4.9% em 2018) como nos Produtos não-alimentares (+2.6% em 2019 vs. +5.0% em 2018).

ÁFRICA

A performance global macroeconómica observada durante 2019 no Continente Africano, foi globalmente positiva, com o crescimento a estabilizar e as pressões inflacionárias gradualmente a desaparecer (9,2% face a 11,2% em 2018).



O **Continente Africano** registou um crescimento do PIB de +3,4%, mas com bastantes disparidades entre as diversas regiões. O Este de África continua a ser a região com maior dinamismo económico, tendo o PIB evoluído +5,0%, como resultado do aumento da produção de petróleo. O Sul de África (região que inclui Angola e Moçambique) abrandou o crescimento de +1,2% em 2018 para +0,7% em 2019.

Em **Angola**, devido sobretudo à exposição da economia a baixos níveis de produção de petróleo e à menor atividade económica do setor não petrolífero (efeito "spillover"), a recessão traduziu-se num crescimento económico negativo durante o ano de 2019, no valor de -1,5%, estando, no entanto, o FMI a prever uma contração do PIB de -1,4% em 2020 e um crescimento económico de +2,6% em 2021.

No que se refere a **Moçambique**, a exposição da economia aos projetos de investimento futuros em Oil & Gas fez com que o crescimento económico fosse de apenas +2,2% em 2019. No entanto, o FMI prevê a manutenção do crescimento em 2020 em +2,2% e um crescimento de +4,7% em 2021.

2. Atividade operacional

Os últimos anos introduziram desafios significativos no sector de seguros, fruto sobretudo das alterações verificadas na indústria, consequência da necessária adaptação nos processos e capital humano decorrentes das alterações digitais, culturais, regulamentares e da forte concentração observada entre os operadores presentes no mercado.

Na realidade, a necessária adaptação das capacidades tecnológicas para uma economia digital, a adaptação de políticas e sistemas de distribuição para atender às necessidades e preferências dos clientes em evolução, as alterações



18
72

regulamentares, bem como os altos níveis de fusões e aquisições no sector de resseguros/seguros europeus (levando a um número menor de *players*, concentração de capacidades e conseqüente menor recurso a resseguro), originaram factores de incerteza e volatilidade no negócio, o que implicou uma gestão proactiva dos riscos e oportunidades.

Apesar do contexto volátil do mercado, e o seu reflexo na procura de resseguro, o ano de 2019 foi, para a MDS RE, um ano excelente, que apenas não foi traduzido em resultados operacionais positivos devido a um ajustamento em receita de exercícios anteriores que não foi devidamente registada.

Na senda do observado no exercício anterior, o crescimento observado foi devido essencialmente aos seguintes fatores: (i) continuação da aposta nos mercados de Portugal e África, em especial em Angola e Moçambique, (ii) compromisso estratégico de consolidação da marca, (iii) enfoque estratégico na angariação e vinculação de clientes, (iv) reforço de relacionamento com seguradoras e resseguradores nas diversas geografias onde a MDS RE atua e, concomitantemente com o foco na eficiência operacional e na qualidade de serviços.

Assinalamos a entrada de alguns novos negócios de Resseguro facultativo e, já em final de ano a conquista de um novo cliente de enorme potencial, a ENSA em Angola, e não menos importante a consolidação dos negócios de "Tratados" que conseguimos manter e desenvolver junto dos nossos clientes Emose em Moçambique, BIC e NOSSA em Angola.

Continuamos a desenvolver várias ações de cross-selling com o Grupo MDS, em especial o suporte técnico a grandes clientes pertencentes à MDS Angola, MDS



Moçambique e à MDS Portugal, neste último caso particularmente nos ramos de Responsabilidade Civil e Linhas Financeiras.

3. Desempenho operacional

Em 2019, a MDS RE apresentou um volume de negócios de 345 mil euros (496 mil euros em 2018), o que representou uma redução, não fruto de uma quebra significativa de negócio, mas sim de uma análise mais detalhada e rigorosa que culminou numa regularização de receita do exercício anterior que não se encontrava devidamente registada.

Quanto ao resultado operacional, e em função do ponto supra referido e do ajustamento da receita de 2018 na rubrica de Outras Perdas registou um valor negativo de 79 mil euros (172 mil positivos em 2018).

Fruto das regularizações descritas, que em nada abalam uma operação cada vez mais eficiente e direcionada por parte da empresa, o seu desempenho em 2019 registou um Resultado Líquido negativo de 102 mil euros o que compara com um resultado positivo de 146 mil euros verificado em 2018.

4. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2019, a MDS RE obteve um Resultado Líquido negativo de 101.571,25 euros (cento e um mil quinhentos e setenta e um euros e vinte e cinco cêntimos). Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que este resultado seja transferido para Resultados Transitados.

Adicionalmente o Conselho de Administração informa a Assembleia Geral, nos termos e para os efeitos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, de



que, conforme resulta das contas do exercício, se encontra perdido mais de metade do capital social, devendo, em consequência, a Assembleia Geral, deliberar sobre a medida a tomar de entre, pelo menos, as previstas na lei, propondo o Conselho de Administração que a Assembleia Geral delibere proceder à cobertura dos prejuízos no montante de 101.571,25 euros (cento e um mil quinhentos e setenta e um euros e vinte e cinco cêntimos).

5. Perspetivas para 2020

No ano de 2020, a MDS RE continuará a operar de acordo com os seguintes pilares estratégicos:

- Consolidação da marca
- Competitividade
- Expansão do negócio

Apesar do contexto económico desafiante que se prevê para o ano de 2020, este deverá ser, para a MDS RE, mais um ano de evolução suportado nas iniciativas de desenvolvimento de negócio que assentam numa estratégia de vinculação e aumento da carteira de clientes, quer nas geografias onde já estamos presentes, quer na expansão para novas geografias, especialmente em África, no desenvolvimento e consolidação do relacionamento com os principais líderes de mercado, na oferta de soluções que acrescentem valor aos nossos clientes e nos diferenciam da concorrência e na entrada em novos segmentos, de que são exemplo o *Oil & Gas*, o Sector Financeiro e dos Transportes, em Moçambique e em Angola.

O Conselho de Administração da MDS RE, tem acompanhado em pormenor e com grande preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia de Covid-19, seguindo atentamente a posição das entidades competentes nacionais e internacionais, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde e a European Centre for Disease Prevention and Control. Tendo por



base a melhor informação disponível à presente data, não nos é possível estimar com fiabilidade os impactos económicos que as medidas tomadas pelas autoridades nacionais e internacionais no âmbito das ações de contenção à propagação do novo Coronavírus - COVID 19 poderão ter na MDS RE. Contudo, estima-se que o impacto de tais medidas, não colocarão em causa a continuidade das operações, o cumprimento dos compromissos assumidos e/ou a situação de tesouraria (liquidez) da Sociedade.

A nível operacional continuaremos a apostar no melhoramento da eficácia operacional, através do investimento em processos e em recursos humanos.

Porto, 14 de Julho de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)

(João Manuel Pontes Alvadia)

(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

48
24

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 - 3º - 4100-130 Porto

Capital Social 50.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação

510 351 808

Relatório e Contas

31 de dezembro de 2019

inves

MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

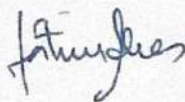
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

(Montantes expressos em Euros)

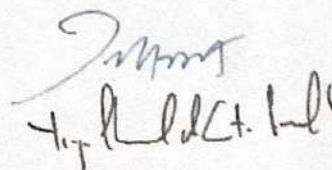
ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	-	-
Participações financeiras - outros métodos	7	9 114,77	9 114,77
		<u>9 114,77</u>	<u>9 114,77</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	5 e 8	1 539 079,94	1 216 583,51
Estado e outros entes públicos	14	5 983,27	1 603,31
Outras contas a receber	5 e 10	54 040,27	402 694,00
Diferimentos	11	2 819,19	2 544,42
Caixa e equivalentes de caixa	4 e 5	84 907,74	90 939,05
Total de ativos correntes		<u>1 686 830,41</u>	<u>1 714 364,29</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1 695 945,18</u>	<u>1 723 479,06</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	12	50 000,00	50 000,00
Reservas Legais	12	7 313,91	-
Outros instrumentos de capital próprio	12	70 000,00	301 102,61
Resultados transitados		(55 061,86)	(194 026,24)
Resultado líquido do exercício		(101 571,25)	146 278,29
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>(29 319,20)</u>	<u>303 354,66</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Acionistas	5, 9 e 25	300 000,00	300 000,00
Total de passivos não correntes		<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	274,57	4 631,48
Estado e outros entes públicos	14	10 888,37	22 341,60
Financiamentos obtidos	5 e 25	-	-
Outras contas a pagar	5 e 15	924 101,44	903 151,32
Acionistas	5, 9 e 25	490 000,00	190 000,00
Total de passivos correntes		<u>1 425 264,38</u>	<u>1 120 124,40</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>1 695 945,18</u>	<u>1 723 479,06</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

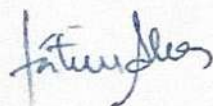
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Vendas e prestações de serviços	17	345 017,17	495 561,76
Fornecimentos e serviços externos	18	(81 472,81)	(91 855,16)
Gastos com o pessoal	19	(192 627,33)	(224 559,99)
Outros rendimentos e ganhos	20	18 492,81	1 503,61
Outros gastos e perdas	21	(168 747,86)	(8 342,28)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(79 338,02)	172 307,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(79 338,02)	172 307,94
Juros e gastos similares suportados	22	(18 794,87)	(11 086,22)
Resultado antes de impostos		(98 132,89)	161 221,72
Imposto sobre o rendimento	23	(3 438,36)	(14 943,43)
Resultado líquido individual do exercício		(101 571,25)	146 278,29
Resultados por acção (básico e diluído)		(10,157)	14,628

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	50 000,00	301 102,61	-	(179 536,54)	(14 489,70)	157 076,37
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	(14 489,70)	14 489,70	-
Cobertura de Prejuízos	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	-	146 278,29	146 278,29
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	50 000,00	301 102,61	-	(194 026,24)	146 278,29	303 354,66
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	50 000,00	301 102,61	-	(194 026,24)	146 278,29	303 354,66
Aplicação do resultado do exercício	-	-	7 313,91	138 964,38	(146 278,29)	-
Prestações Suplementares	-	(231 102,61)	-	-	-	(231 102,61)
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	-	(101 571,25)	(101 571,25)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	50 000,00	70 000,00	7 313,91	(55 061,86)	(101 571,25)	(29 319,20)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



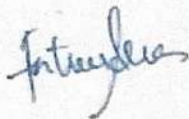
MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018*(Montantes expressos em Euros)*

	Notas	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		254 966,72	135 789,15
Pagamentos a fornecedores		(84 848,99)	(83 174,03)
Pagamentos ao pessoal		(200 370,60)	(221 933,68)
Fluxos gerados pelas operações		(30 252,87)	(169 318,56)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(22 723,18)	(4 346,17)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(7 053,47)	(7 568,08)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(60 029,52)	(181 232,81)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Fluxos das atividades de investimento (2)		-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		860 000,00	250 000,00
		860 000,00	250 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(560 000,00)	(60 000,00)
Juros e gastos similares		(14 899,18)	(10 200,11)
Reduções capital, prest.supl.,pr.emissão		(231 102,61)	-
		(806 001,79)	(70 200,11)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		53 998,21	179 799,89
Variação de caixa e seus equivalentes (4) =(1)+(2)+(3)		(6 031,31)	(1 432,92)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	90 939,05	92 371,97
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	84 907,74	90 939,05

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



48
12

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("Empresa" ou "MDS RE") anteriormente denominada MDS Africa, SGPS, S.A. tem sede na Avenida da Boavista, 1277/B1 - 3º, Porto e foi constituída em 15 de Outubro de 2012, com o objeto social de gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas, sendo que em agosto de 2015 procedeu à alteração do objeto social da Empresa, passando a sua atividade para a mediação de resseguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido - Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

Em 30 de Dezembro de 2016, a totalidade das ações da Empresa que eram detidas pela MDS, SGPS, SA foram alienadas à empresa MDS África, SGPS, SA pelo que, à data de 31 de dezembro de 2019, a MDS África, SGPS, SA é a única acionista da Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

fines

H
2

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, nomeadamente o apoio atual e futuro do seu acionista, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (se aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Tipo de bem	Anos
Equipamento administrativo	3

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

6 falva

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Instrumentos financeiros

A MDS RE classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 5.

a) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

48
72**c) Clientes e outras dívidas de terceiros**

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registrados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registrados no passivo ao custo amortizado.

f) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar a existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

flva

H
R

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

3.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Empresa integrou durante os exercícios fiscais de 2013 a 2015 no RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela acionista MDS SGPS, tendo sido registados na rubrica "Acionistas" todas as contas a receber e a pagar relativas a Imposto sobre o rendimento. Em 2016, com alienação da totalidade das ações à empresa MDS África, SGPS, SA, a Empresa saiu do RETGS, pelo que o imposto sobre o rendimento de 2016 encontra-se registado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data exatável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que respeltam.

Sendo uma entidade especializada no desenvolvimento e negociação de soluções de corretagem de resseguro, e exercendo a sua atividade, em Portugal e em África, o seu objetivo estratégico passa por tornar-se broker de resseguro de referência nestes mercados, com base numa equipa especializada de

9 fluen

H3
N

trabalho e na oferta das melhores soluções disponíveis a cada momento, com vista a garantir uma adequada mitigação dos riscos. Apesar do seu foco ser essencialmente ao nível da conceção de programas de resseguro, a MDS RE presta igualmente serviços de consultoria de seguros para Entidades Financeiras, em operações de Project Finance, M&A e outras estruturas semelhantes, desenvolvendo trabalhos de due diligence técnico.

O rédito é reconhecido quando o mesmo possa ser estimado com fiabilidade, exista benefício económico e a partir do momento em que os riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos Acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes, são registados os ganhos e perdas imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.9 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

flver

H3
12

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Numerário	7 082,38	7 630,38
Depósitos bancários	77 825,36	83 308,67
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	84 907,74	90 939,05
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	84 907,74	90 939,05

5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As políticas contábilísticas apresentadas na Nota 3.5 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Ativos Financeiros

	31.dezembro.2019			31.dezembro.2018	
	Nota	Empréstimos e contas a receber	Total	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativos correntes					
Cientes	8	1 539 079,94	1 539 079,94	1 216 583,51	1 216 583,51
Outras contas a receber	10	54 040,27	54 040,27	402 694,00	402 694,00
Caixa e equivalentes de caixa	4	84 907,74	84 907,74	90 939,05	90 939,05
		1 678 027,95	1 678 027,95	1 710 216,56	1 710 216,56
		1 678 027,95	1 678 027,95	1 710 216,56	1 710 216,56

Passivos Financeiros

	31.dezembro.2019			31.dezembro.2018	
	Nota	Empréstimos e contas a pagar	Total	Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivos não correntes					
Acionistas	9 e 24	300 000,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00
		300 000,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00
Passivos correntes					
Fornecedores	13	274,57	274,57	4 631,48	4 631,48
Outras contas a pagar	15	924 101,44	924 101,44	903 151,32	903 151,32
Acionistas	9	490 000,00	490 000,00	190 000,00	190 000,00
		1 414 376,01	1 414 376,01	1 097 782,80	1 097 782,80
		1 714 376,01	1 714 376,01	1 397 782,80	1 397 782,80

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe e movimento associado a ativos fixos tangíveis é como se segue:

fls

11
12

Relatório & Contas 2019

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

	Equipamento administrativo	Total
Ativo bruto		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	1 764,38	1 764,38
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	1 764,38	1 764,38
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2019	-	-
Ativo bruto		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	1 764,38	1 764,38
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	1 764,38	1 764,38
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2018	-	-

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe das participações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

Empresa	31.dezembro.2019			
	% de detenção	Saldo Inicial	Aumentos	Saldo final
Brokerslink AG	0,005%	9 114,77	-	9 114,77
Valor bruto		9 114,77	-	9 114,77
Valor líquido		9 114,77	-	9 114,77

Empresa	31.dezembro.2018			
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Brokerslink AG	0,005%	9 114,77	-	9 114,77
Valor bruto		9 114,77	-	9 114,77
Valor líquido		9 114,77	-	9 114,77

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 a Empresa procedeu à aquisição de uma participação no capital da sociedade Brokerslink AG que tem por objeto a mediação de seguros e a gestão de risco.

Esta participação financeira encontra-se registada ao custo de aquisição.

falva

115
R

8 CLIENTES

O saldo de clientes, de 1.539.079,94 Euros em 31 de dezembro de 2019, respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor. O risco de crédito sobre o presente saldo, encontra-se limitado ao montante de comissões de intermediação de operações de resseguro, na medida em que os montantes a pagar às resseguradoras (Nota 15) estão integralmente dependentes do efetivo recebimento dos clientes.

Em 31 de dezembro 2019 e 2018, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Não Vencido	372 939,51	5 791,28
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	62 337,74	-
30 - 90 dias	31 199,90	247 602,82
+ 90 dias	1 072 602,79	963 189,41
	<u>1 539 079,94</u>	<u>1 216 583,51</u>

Em 31 de dezembro de 2019 a exposição líquida das contas a receber de clientes, considerando os montantes a pagar às resseguradoras ascende a, aproximadamente, 686.000 Euros (395.000 Euros em 31 de dezembro de 2018).

9 ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Acionistas apresenta a seguinte composição:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Acionistas - Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	300 000,00	300 000,00
	<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>

O saldo não corrente da rubrica "Acionistas" diz respeito a suprimentos que não têm maturidade definida e a taxa de juro cumpre com as taxas de mercado.

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Acionistas - Passivo corrente		
Financiamentos obtidos	490 000,00	190 000,00
	<u>490 000,00</u>	<u>190 000,00</u>

O saldo corrente da rubrica "Acionistas" diz respeito a um contrato de cobertura a carências de tesouraria celebrado em 2018 com a MDS Africa, SGPS, com o montante máximo de 5.000.000€, podendo ser utilizado parcial ou totalmente e com um prazo de 1 ano. A taxa de juro cumpre com as taxas de mercado.

plm

HP
2

10 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe das outras contas a receber é como se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	47 634,38	397 736,53
Outros devedores - partes relacionadas (Nota 24)	2 000,00	2 000,00
Outros devedores	4 405,89	2 957,47
	<u>54 040,27</u>	<u>402 694,00</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de "Devedores por acréscimos de rendimentos", apresenta uma redução substancial, em virtude de terem sido faturados/regularizados, os montantes relativos (i) à especialização de gastos incorridos em 2014 e 2013 a redebitar a terceiros e que foram suportados no âmbito da expansão Internacional do Grupo MDS (96.732,98 Euros em 31 de dezembro de 2018); (ii) cedência de comissões diretas da MDS Corretor de Seguros, S.A. relativamente a diversos tomadores que são angariados pela MDS RE (29.642,5 Euros em 31 de dezembro de 2018); (iii) valores por faturar à MDS Corretor de Seguros, S.A. e Ed Broking relativamente a comissões do mercado angolano (271.360,05 Euros em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 esta rubrica corresponde essencialmente a comissões de operações de resseguro com entidades africanas.

11 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de diferimentos é como se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Valores devedores		
Seguros	2 441,74	1 921,01
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	377,45	556,71
Outros	-	66,70
	<u>2 819,19</u>	<u>2 544,42</u>

12 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 10.000 ações ordinárias com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

MDS África SGPS, SA 100%

A 31 de Dezembro de 2019, o capital da sociedade MDS África, SGPS é detido em 100% pela MDS SGPS, SA. No exercício de 2019, a ON FUK ASIA COMPANY LIMITED alienou a totalidade da sua participação na MDS África, SGPS, SA à MDS SGPS, SA.

fulva

HA
12**Outros Instrumentos de Capital**

Durante o exercício de 2016, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2015 no valor de 234.985,31 Euros.

Durante o exercício de 2017, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2016 no valor de 232.754,17 Euros.

No exercício de 2017 foram constituídas Prestações acessórias no valor de 70.000,00€ através da entrada de dinheiro efetuada pelo acionista. Tais instrumentos seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Durante o exercício de 2019, foram devolvidas Prestações acessórias no valor de 231.102,61 Euros ao antigo accionista MDS SGPS, SA.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Dando cumprimento ao atrás diposto, no exercício de 2019 foi constituída a reserva legal no valor de 7.313,91 Euros.

13 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, respetivamente de 274,57 Euros e 4.631,48 Euros, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respeita exclusivamente a valores a pagar a fornecedores decorrentes da normal atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o detalhe dos saldos com o Estado e outros entes públicos, passivo corrente, é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Valores devedores		
Pagamento especial por conta	1 671,12	1 603,31
Imposto sobre o rendimento	4 312,15	-
	<u>5 983,27</u>	<u>1 603,31</u>
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	-	14 904,86
Imposto sobre o valor acrescentado	14,08	453,89
Retenção na fonte	6 063,00	3 435,00
Contribuições para a Segurança Social	4 808,36	3 543,59
Outros	2,93	4,26
	<u>10 888,37</u>	<u>22 341,60</u>

fzlvn

No final de 2016, a Empresa saiu do RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela MDS SGPS.

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o detalhe das outras contas a pagar é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Outros credores - partes relacionadas (Nota 24)	15 848,13	15 848,13
Outros credores	852 801,18	821 567,92
Credores por acréscimos de gastos		
Pessoal	36 720,30	50 342,98
Juros	14 602,56	10 706,87
Outros	4 129,27	4 685,42
	<u>924 101,44</u>	<u>903 151,32</u>

O valor registado na rubrica de "Outros credores" no montante de 852.801,18 Euros em 31 de dezembro de 2019 corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da normal atividade da Empresa, cujo pagamento só ocorrerá mediante recebimento do prémio de resseguro (Nota 8).

16 LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com a atividade operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
N+1	8 438,13	8 438,13
N+2	8 438,13	8 438,13
N+3	6 282,88	8 438,13
N+4	433,77	6 282,88
	<u>23 592,90</u>	<u>31 597,26</u>

O valor das rendas incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, associadas a estes contratos, ascendeu a 8.453,03 Euros e 8.467,23 Euros, respetivamente (Nota 18).

17 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor das Vendas e prestação de serviços ascendeu a 345.017,17 euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrentes da normal atividade da Empresa. Este valor respeita integralmente a comissões obtidas na atividade de resseguro (Nota 25).

10
12

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o detalhe de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Deslocações e estadas	36 732,14	41 226,83
Comunicações	1 457,66	5 019,96
Despesas de representação	825,47	11 528,81
Trabalhos especializados	11 581,93	11 889,71
Contencioso e notariado	3 620,33	1 561,50
Rendas e alugueres	8 453,03	8 467,23
Seguros	4 808,21	5 006,34
Outros	13 994,04	7 154,78
	<u>81 472,81</u>	<u>91 855,16</u>

19 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o detalhe de "Gastos com o pessoal" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Remunerações	155 612,01	182 748,92
Encargos sobre remunerações	32 753,34	35 907,81
Seguros	3 772,56	4 172,45
Gastos com ação social	230,22	482,51
Outros	259,20	1 248,30
	<u>192 627,33</u>	<u>224 559,99</u>

Durante o exercício de 2019, o número médio de funcionários foi de 3 colaboradores.

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Rendimentos suplementares	12 033,80	440,18
Diferenças de câmbio	5 842,35	1 063,42
Outros	616,66	0,01
	<u>18 492,81</u>	<u>1 503,61</u>

felva

Em 2017, o valor dos rendimentos suplementares corresponde a cedência de comissões diretas da MDS Corretor de Seguros, S.A. relativamente a diversos tomadores que são angariados pela MDS RE.

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de "Outros gastos e perdas" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Impostos	90,17	221,68
Taxas	624,39	402,00
Quotizações	0,00	4 040,40
Diferenças de câmbio	16 496,74	2 286,44
Outros gastos	<u>151 536,56</u>	<u>1 391,76</u>
	<u>168 747,86</u>	<u>8 342,28</u>

A rubrica de "Outros gastos" corresponde, essencialmente, à regularização de saldos de clientes que se vieram a confirmar como não recuperáveis durante o exercício de 2019.

22 JUROS E GASTOS SUPORTADOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de "Juros e gastos suportados" é detalhado como se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Juros suportados (Nota 24)	<u>(18 794,87)</u>	<u>(11 086,22)</u>
	<u>(18 794,87)</u>	<u>(11 086,22)</u>

23 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e em 2018 é detalhado conforme se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Imposto corrente	3 439,85	14 904,86
(Excesso) / Insuficiência estimativa imposto	<u>(1,49)</u>	<u>38,57</u>
	<u>3 438,36</u>	<u>14 943,43</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos

são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A reconciliação detalhada de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e de 2018 pode ser detalhada como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Resultado antes de impostos	(98 132,89)	161 221,72
Benefícios fiscais	(5 293,15)	(8 120,00)
Encargos não dedutíveis	5 543,01	641,91
Lucro / (Prejuízo) fiscal	(97 883,03)	153 743,63
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	97 883,03	-
Prejuízos que não deram origem ao reconhecimento de impostos diferidos	-	(107 620,54)
Taxa de imposto sobre o rendimento	21,00%	21,00%
Coleta	-	9 685,85
Insuficiência/excesso estimativa imposto	(1,49)	38,57
Derrama	-	2 306,15
Tributação autónoma	3 439,85	2 912,86
	3 438,36	14 943,43
Gastos com imposto corrente	3 438,36	14 943,43
Total do imposto sobre o rendimento do exercício	3 438,36	14 943,43

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis é detalhado como se segue:

2019			2018		
Ano geração	Valor	Ano Limite de utilização	Ano geração	Valor	Ano Limite de utilização
Gerados após a saída no RETGS			Gerados após a saída no RETGS		
2016	148 795,26	2028	2016	148 795,26	2028
2017	-	2022	2017	-	2022
2019	97 883,03	2024			
	246 678,29			148 795,26	
Total	246 678,29		Total	148 795,26	

24 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser detalhados como segue:

fluen

Transações	Juros suportados		Compras e serviços recebidos	
	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Accionistas	18 794,77	11 086,20	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	42 815,59	3 545,67
	18 794,77	11 086,20	42 815,59	3 545,67
	Vendas e prestação de serviços		Outros Rendimentos	
	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Outras partes relacionadas	243 869,65	353 978,86	11 972,59	416,72
	243 869,65	353 978,86	11 972,59	416,72
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Accionistas	-	-	14 602,56	10 706,87
Outras partes relacionadas	509 756,18	658 256,51	15 972,79	17 515,73
	509 756,18	658 256,51	30 575,35	28 222,60
	Empréstimos obtidos			
	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018		
Accionistas	790 000,00	490 000,00		
	790 000,00	490 000,00		

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 tem a seguinte composição:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Remuneração fixa	87 869,85	105 652,66
Remuneração variável	10 104,16	24 809,24
	97 974,01	130 461,90

Em 2019 e 2018, não foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

+13
12**25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS****Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os contratos de suprimentos e operações financeiras celebrados com acionistas foram detalhados como se segue:

2019 Suprimentos

Posição credora	01.janeiro.2019	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2019
MDS África SGPS	300 000,00	-	-	300 000,00
	300 000,00	-	-	300 000,00

2018 Suprimentos

Posição credora	01.janeiro.2018	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2018
MDS África SGPS	300 000,00	-	-	300 000,00
	300 000,00	-	-	300 000,00

2019 Operações Financeiras

Posição credora	01.janeiro.2019	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2019
MDS África SGPS	190 000,00	860 000,00	(560 000,00)	490 000,00
	190 000,00	860 000,00	(560 000,00)	490 000,00

2018 Operações Financeiras

Posição credora	01.janeiro.2018	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2018
MDS África SGPS	-	190 000,00	-	190 000,00
	-	190 000,00	-	190 000,00

Norma regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**Política contabilística para reconhecimento da remuneração**

Informação incluída na Nota 3.8 - Rébito e Especialização dos exercícios

Total das remunerações faturadas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Numerário	345.017,17	478.611,76
TOTAL	345.017,17	478.611,76

f.k.w.

Por tipo	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Comissões	345.017,17	478.611,76
Outras Remunerações	0,00	0,00
TOTAL	345.017,17	478.611,76

Total das remunerações faturadas relacionadas com Contratos de Resseguro

Remunerações 2019 (€)					
Cod.ASF	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	0,00	0%	345.017,17	100%
	0,00	0,00	0%	345.017,17	100%

Remunerações 2018 (€)					
Cod.ASF	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	53 510,49	100%	425 101,27	100%
	0,00	53 510,49	100%	425 101,27	100%

Níveis de concentração das remunerações faturadas pela carteira

Por entidade (origem)	2019	Peso %	2018	Peso %
ED Broking	154 035,55 €	44,65%	358 358,82 €	74,87%
AIG Europe Limited	73 090,16 €	21,18%	46 163,07 €	9,65%
Swiss RE	23 980,14 €	6,95%	- €	0,00%
Munich RE	18 641,76 €	5,40%	- €	0,00%
AIG Africa Sul	10 387,50 €	3,01%		0,00%
Dual Corporate Risk	5 071,79 €	1,47%		0,00%
ANV Global Service	3 791,14 €	1,10%		0,00%
SCOR Global P&C SE	1 242,01 €	0,36%	1 242,01 €	0,26%
Africa RE	811,80 €	0,24%	7 956,16 €	1,66%
Mapfre RE	664,67 €	0,19%	664,67 €	0,14%
GBG Insurance Limites	- €	0,00%	53 510,49 €	11,18%
CICA RE	- 899,56 €	-0,26%	3 572,18 €	0,75%
Emeritus	- 1 478,50 €	-0,43%	3 572,18 €	0,75%
Kenya Re		0,00%	3 572,18 €	0,75%
Sub-total	289 338,46 €	83,86%	478 611,76 €	100,00%
Outros	55 678,71 €	16,14%	- €	0,00%
TOTAL	345 017,17 €	100,00%	478 611,76 €	100,00%

13
2

Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	31 de Dezembro de 2019 (€)	31 de Dezembro de 2018 (€)
Início exercício	18 009,42	106,24
Final do exercício (Nota 4)	351,41	18 009,42
Volume movimento do exercício		
A débito	593 885,17	71 685,33
A crédito	611 543,18	53 782,15

Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2019 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	1 539 079,94	2 612,41
Empresas de Resseguros		847 057,04
TOTAL	1 539 079,94	849 669,45

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2018 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	1.213.784,07	537,25
Empresas de Resseguros		818 410,29
TOTAL	1.213.784,07	818.947,54

Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2019 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	-,00	-,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	1 539 079,94	849 669,45
TOTAL	1 539 079,94	849 669,45

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2018	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	-,00	-,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	1.213.784,07	818.947,54
TOTAL	1.213.784,07	818.947,54

plbca

Análise da Idade das contas a receber vencidas à data do relato em Euros

Contas	0 a 30 dias	31 a 90 dias	+ 90 dias	Total
Clientes Gerais - sem imparidade	435.277,25	31.199,90	1.072.602,79	1.539.079,64

Transações Financeiras Resseguradores/Cedentes

Durante o exercício de 2019, a Empresa não registou recebimentos de fundos com vista a serem transferidos para as empresas de resseguros para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança (nº 3, alínea a) do Artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões _ASF.

Não foram confiados pelas empresas de resseguradores, durante o ano 2017, fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas (nº 3, alínea b) do Artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões _ASF.

Garantia Bancária

Para cumprimento do disposto no nº 13-A da Norma Regulamentar 17/2008-R, a sociedade dispõe de garantia bancária na Caixa Económica Montepio Geral para cobertura de responsabilidades até ao montante de 37.520 € (Mediação Seguros: 18.760€; Resseguro: 18.760€). Em 2018 a garantia bancária era no montante de 37.520 €.

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data de balanço, no início de 2020, Portugal e o Mundo foram atingidos por um surto de coronavírus, denominado cientificamente por Covid-19, oriundo da China.

Este surto foi considerado pandemia pela OMS provocando uma grave Instabilidade económica e social, em todos os países, sem ainda o final à vista.

Para combater a propagação do coronavírus, foram implementadas medidas de distanciamento social, o encerramento de escolas e o encerramento de muitas empresas e estabelecimentos comerciais e de serviços que irá provocar, indubitavelmente, uma quebra significativa na sua atividade e na sua faturação.

Perante este cenário angustiante, a MDS RE apresentou um decréscimo no seu volume de negócios, mas espera que, logo que sejam levantadas as restrições, haja a retoma da atividade.

Contudo, ainda se encontra numa posição estável já que não tem dívidas perante o Estado, fornecedores e colaboradores e têm disponibilidades para suportar as dívidas que decorrem do normal funcionamento da empresa a médio e longo prazo.

Desta forma, estima-se que o impacto de tais medidas, não colocarão em causa a continuidade das operações, o cumprimento dos compromissos assumidos e/ou a situação de tesouraria (liquidez) da Empresa.

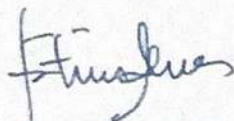
Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2019, os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019.

27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de julho de 2020. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

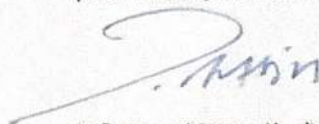
O Contabilista Certificado,



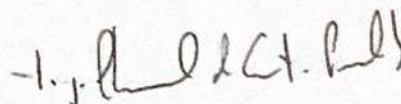
(Maria de Fátima dos Santos Alves)

O Conselho de Administração,

(José Manuel Queiróz Dias da Fonseca)



(João Manuel Pontes Alvadia)



(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1.695.945,18 euros e um total de capital próprio negativo de 29.319,20 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 101.571,25 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi efetuada uma análise sobre o saldo com a Ed Broking LLP sendo que em resultado da mesma desenvolvida pela Entidade em conjunto com o referido cliente apurou-se um conjunto de matérias, as quais vieram a ser corrigidas durante o exercício de 2019, e que se traduziram na redução de, aproximadamente, 76.000 Euros da respetiva rubrica de clientes. Consequentemente, é nosso entendimento que o valor dos resultados transitados em 31 de dezembro de 2019 e do resultado líquido do exercício findo naquela data se encontram sobreavaliados e subavaliados, respetivamente, naquele montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Conforme é visível no anexo às demonstrações financeiras a Entidade tem diversos clientes no mercado angolano o que tem vindo a implicar a dilatação de prazos de realização dos ativos decorrentes da sua atividade operacional nomeadamente no que respeita a contas a receber de clientes (Nota 5) e acréscimos de rendimentos a receber (Nota 10), o que influencia de forma determinante as necessidades de fundo de maneiço e a rentabilidade da operação da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas a Empresa apresentou no exercício de 2019, resultado líquido negativo significativo, situação que provoca que, em 31 de dezembro de 2019, apresente capitais próprios negativos o que determina a aplicação do disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração da Empresa irá propor aos acionistas o reforço dos seus capitais próprios para os níveis adequados constatando-se igualmente que estes são os principais credores da Empresa. Acresce a este aspeto, e conforme referido na nota 34 do anexo às demonstrações financeiras, sobre os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia decorrente da propagação da doença provocada pelo novo Coronavírus (“Covid-19”) que têm um impacto significativo na economia portuguesa e mundial à data de aprovação destas demonstrações financeiras, sendo expectável que, apesar da incerteza quanto à evolução e duração da situação atual, esta possa impactar a atividade futura da Entidade. Assim, a continuidade das operações da Empresa, pressuposto segundo o qual as demonstrações financeiras foram preparadas, bem com a realização dos seus ativos e liquidação dos seus passivos nos prazos e pelas quantias evidenciadas no Balanço a 31 de dezembro de 2019, estão dependentes da manutenção do apoio dos acionistas da Empresa, do sucesso das negociações atualmente em curso, bem como da concretização do plano de negócios da Empresa. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de julho d2 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC